



Comunicado de imprensa a propósito da notícia “Santarém. Paquistaneses impedidos de estarem vestidos em piscina”¹

1. As leis da República, os regulamentos municipais e as próprias regras de uma piscina pública devem ser cegas, surdas e mudas quanto à "raça", à etnia e à confissão religiosa. Não nos aproximamos do desejável horizonte da plena igualdade entre indivíduos de culturas e origens diversas abrindo exceções para uma ou outra cultura. As regras de uma piscina pública, quer proíba os banhos nudistas ou os de calças, sapatos, ou indumentária de rua, não devem ter inspiração religiosa ou cultural, mas basear-se apenas em critérios de higiene e segurança.
2. A ARL repudia toda e qualquer tentativa de importar para Portugal "guerras de civilizações" ou conflitos de religião, venham de extremistas políticos ou religiosos ou do sensacionalismo mediático. Só a aplicação de uma regra neutra e igual para todos permite a convivência entre iguais.
3. Os aproveitamentos políticos deste género de incidentes para promover um Portugal fechado aos imigrantes servem dois extremos, o extremo xenófobo e o extremo do vitimismo, que não sendo equivalentes têm ambos interesse nesta polarização. Manda o bom senso que não se negue a xenofobia nem se aplique uma lei ou regra neutra de forma xenófoba.

1-https://ionline.sapo.pt/artigo/779214/santarem-paquistaneses-impedidos-de-estarem-vestidos-em-piscina?secao=Portugal_i

Ricardo Gaio Alves (Presidente da Direcção)

Associação República e Laicidade

25 de Agosto de 2022